

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

## PROVA OBJETIVA

### CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 20.

#### Polícia de SP investiga se contador morto a tiros, sem reagir, foi vítima de latrocínio ou execução; veja vídeo

A Polícia Civil investiga se um contador morto a tiros, sem reagir, foi vítima de latrocínio ou execução na Zona Sul de São Paulo. O caso ocorreu na manhã da última quarta-feira (29) em frente a empresa de contabilidade onde ele trabalhava, e foi gravado por câmeras de segurança (veja vídeo abaixo; as cenas são fortes).

José Horley de Sousa tinha 36 anos e foi baleado quando estava dentro de seu carro, estacionado na Rua Coronel Francisco Inácio, na região do Sacomã. Ele ainda chegou a ser socorrido e levado ao Hospital Heliópolis, onde não resistiu aos ferimentos e morreu.

O criminoso é um motociclista, que fugiu após roubar o relógio e a carteira do contador e atirar ao menos quatro vezes nele.

Imagens gravadas por câmeras de segurança, e que circulam nas redes sociais, mostram que José não reagiu ao assalto. As cenas mostram que o carro, um Chevrolet Cruze vermelho, está parado na rua, quando um homem numa moto sobe a calçada se aproxima e aponta a arma para o veículo, que estava com os vidros escuros fechados.

No vídeo, feito por duas câmeras, ainda é possível ver o contador abrir a porta e entregar os pertences ao criminoso, que atira diversas vezes no motorista.

O bandido, que usa mochila e capacete, foge em seguida na sua motocicleta.

O caso foi registrado inicialmente como latrocínio, que é o roubo seguido de morte, no 95º Distrito Policial (DP), Cohab-Heliópolis.

Mas segundo o delegado que investiga a morte do contador e tenta identificar o criminoso, também está sendo apurada a possibilidade de José ter sido vítima de uma execução.

“O caso foi inicialmente registrado como latrocínio, mas a possibilidade de homicídio também é investigada. Estamos trabalhando com as duas vertentes”, afirmou à reportagem o delegado Carlos Miranda. De acordo com a investigação, a moto do criminoso não era roubada, mas estaria usando placa clonada. O celular do contador e um comprovante de transação bancária, no valor de R\$ 50 mil, que estavam no automóvel da vítima, foram apreendidos pela polícia.

Além de analisar as imagens das câmeras de vídeo, que gravaram a morte do contador, a investigação quer ouvir o depoimento de testemunhas.

Internet: <www.g1.globo.com> (com adaptações).

Com base no texto, julgue os itens a seguir.

- |   |   |
|---|---|
| <p><b>1</b> No título, o emprego do presente do indicativo, “investiga”, aponta para fato ocorrido no passado, como em geral acontece em notícias.</p> <p><b>2</b> No título, a forma “veja”, por estar no imperativo, indica possibilidade de interatividade com o leitor.</p> <p><b>3</b> A palavra “se”, no trecho “se um contador morto a tiros, sem reagir, foi vítima de latrocínio ou execução na Zona Sul de São Paulo”, atua como um pronome reflexivo.</p> <p><b>4</b> No trecho “em frente a empresa de contabilidade onde ele trabalhava”, é obrigatório o uso do acento indicativo de crase em “em frente a”.</p> <p><b>5</b> No primeiro parágrafo, a passagem “(veja vídeo abaixo; as cenas são fortes)” aparece entre parênteses por se tratar de comentário do veículo de comunicação julgando os fatos relatados.</p> <p><b>6</b> A oração “quando estava dentro de seu carro” classifica-se como subordinada adverbial temporal.</p> | <p><b>7</b> O verbo “morrer”, em “onde não resistiu aos ferimentos e morreu”, é intransitivo.</p> <p><b>8</b> No trecho “O criminoso é um motociclista, que fugiu após roubar o relógio e a carteira do contador e atirar ao menos quatro vezes nele”, o pronome em “nele” refere-se ao contador alvo da notícia.</p> <p><b>9</b> No período “Imagens gravadas por câmeras de segurança, e que circulam nas redes sociais, mostram que José não reagiu ao assalto”, por modificar a forma verbal “mostram”, a oração “que José não reagiu ao assalto” é adverbial.</p> <p><b>10</b> No trecho “As cenas mostram que o carro, um Chevrolet Cruze vermelho, está parado na rua”, o termo “um Chevrolet Cruze vermelho” ajuda a explicar o termo “carro”, funcionando como adjunto adnominal.</p> <p><b>11</b> O emprego do presente do indicativo na passagem “quando um homem numa moto sobe a calçada se aproxima e aponta a arma para o veículo” caracteriza-se pelo uso como presente narrativo (ou histórico).</p> |
|---|---|

- 12** No trecho “os vidros escuros fechados”, os dois adjuntos adnominais ligados ao substantivo diferenciam-se pela natureza: um indica uma característica duradoura, enquanto o outro indica uma característica transitória.
- 13** No período “No vídeo, feito por duas câmeras, ainda é possível ver o contador abrir a porta e entregar os pertences ao criminoso, que atira diversas vezes no motorista.”, a oração “que atira diversas vezes no motorista”, por caracterizar “criminoso”, funciona como subordinada adjetiva.
- 14** Para se atender à regência de “em seguida”, no trecho “foge em seguida na sua motocicleta”, a forma “na” deveria ser substituída por “à”.
- 15** No período “O caso foi registrado inicialmente como latrocínio, que é o roubo seguido de morte, no 95º Distrito Policial (DP), Cohab-Heliópolis.”, o termo “como latrocínio”, por ser o predicativo do sujeito, não poderia ser preposicionado.
- 16** Na estruturação sintática do sintagma “a morte do contador”, observa-se que o termo preposicionado representa a ação implícita na ideia do substantivo “morte”.
- 17** No trecho “também está sendo apurada a possibilidade de José ter sido vítima de uma execução”, o substantivo “possibilidade” atua como objeto direto de “está sendo apurada”.
- 18** No trecho “Estamos trabalhando com as duas vertentes”, as duas vertentes referem-se a: latrocínio e homicídio.
- 19** No trecho “O celular do contador e um comprovante de transação bancária, no valor de R\$ 50 mil, que estavam no automóvel da vítima, foram apreendidos pela polícia.”, o termo “apreendidos” concorda tanto com “contador” quanto com “comprovante”.
- 20** No período “Além de analisar as imagens das câmeras de vídeo, que gravaram a morte do contador, a investigação quer ouvir o depoimento de testemunhas.”, o termo “investigação” passa por um processo de personificação, como é típico em contextos como o apresentado no texto.

Um escritório jurídico especializado em causas cíveis possui três advogados: Dr. Andrade; Dra. Barros; e Dr. Costa. Para otimizar o trabalho, os processos são distribuídos entre eles, de acordo com as seguintes regras lógicas.

- I Se um processo envolve direito do consumidor, então ou dr. Andrade ou dra. Barros deverá atendê-lo.
- II Se um processo não envolve contratos, então dr. Costa não deverá atendê-lo.
- III Se dra. Barros atende um processo, então ele não envolverá direito de família.

Com base nessa situação hipotética e considerando essas regras, julgue os itens a seguir.

- 21** Se um processo envolve direito do consumidor e direito de família, então o dr. Andrade deverá atendê-lo.

- 22** Se um processo é atendido pelo dr. Costa, então ele envolverá contratos.
- 23** Se um processo não é atendido pela dra. Barros, então ele envolverá direito de família.

Um advogado especializado em direito civil está analisando as estatísticas de seus processos nos últimos 3 anos. Ele observou que:

- 40% dos processos são relacionados a direito de família;
- 30% dos processos são relacionados a direito imobiliário;
- 20% dos processos são relacionados a direito do consumidor; e
- Os 10% restantes são de outras áreas.

Em um levantamento sobre o tempo médio de duração (em meses) desses processos, ele obteve os seguintes dados:

- direito de família: 15 meses;
- direito imobiliário: 24 meses;
- direito do consumidor: 12 meses; e
- outras áreas: 18 meses.

Com base nessa situação hipotética e nessas informações, julgue os itens seguintes.

- 24** Se o advogado atendeu 200 processos nos últimos 3 anos, então o número de processos de direito imobiliário foi igual a 60.
- 25** Escolhendo aleatoriamente um processo dos últimos 3 anos, se ele nem é de direito de família, nem de direito imobiliário, então a probabilidade de ser de direito do consumidor será maior que 50%.
- 26** Se o advogado cobrou, em média, R\$ 3.000 por processo de direito de família, R\$ 5.000 por processo de direito imobiliário, R\$ 2.500 por processo de direito do consumidor e R\$ 4.000 pelos demais, então seu faturamento médio por processo foi maior que R\$ 3.800.

Um escritório de advocacia está analisando o tempo gasto em diferentes tipos de processos judiciais. Para um estudo estatístico, eles coletaram os tempos (em meses) para a conclusão de 10 processos similares, obtendo-se a seguinte amostra: 8, 12, 9, 15, 10, 8, 11, 14, 10, 13.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 27** A mediana do tempo de conclusão desses processos é igual a 10,5 meses.
- 28** A probabilidade de selecionar aleatoriamente um processo dessa amostra cujo tempo de conclusão seja maior que 10 meses é de 50%.
- 29** Se for adicionado um novo processo à amostra e a média passar a ser 12 meses, então o tempo de conclusão desse novo processo foi inferior a 20 meses.
- 30** Se, a todos os valores da amostra, forem somados 2 meses, então a nova média da amostra será alterada para 2 meses a mais, e o desvio padrão não será alterado.

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Existem diversos tipos de computadores (*laptop*, *notebook*, *desktop*, servidor etc.). Com base nessa informação, julgue os itens a seguir.

- 31** Um computador do tipo servidor pode ser utilizado em escritórios de advocacia para centralizar arquivos e facilitar o compartilhamento seguro de documentos entre os colaboradores.
- 32** O sistema operacional é um tipo de *software* que atua como intermediário entre o *hardware* e os programas de aplicação utilizados pelo usuário.

---

Os aplicativos de escritório (Word, Excel e PowerPoint) são ferramentas de produtividade fundamentais para um advogado. Com base nessa informação, julgue os itens seguintes.

- 33** O Microsoft Word, parte do Office 365, permite o uso de controle de alterações, ferramenta essencial para revisar e compartilhar petições ou contratos entre advogados e clientes.
- 34** O Microsoft Word não permite a inserção de comentários em documentos, o que limita sua utilidade para revisão de contratos jurídicos.
- 35** O Word possui uma funcionalidade robusta de inserção de comentários, essencial para revisões colaborativas de contratos, petições e pareceres jurídicos.

---

A Internet é uma poderosa ferramenta de consultas para os advogados. Com base nessa informação, julgue os itens a seguir.

- 36** O uso de aspas (""") nas pesquisas no Google aumenta a quantidade de resultados e torna a pesquisa mais ampla.
- 37** Advogados podem utilizar operadores como "site:" para restringir pesquisas a domínios jurídicos específicos, como tribunais ou órgãos públicos.

---

Um escritório de advocacia gera muitos documentos e a organização deles é fundamental para poder localizá-los com rapidez e segurança. Com base nessa informação, julgue os itens seguintes.

- 38** Armazenar cópias de arquivos em nuvem, como no OneDrive ou Google Drive, aumenta a segurança e a acessibilidade dos documentos jurídicos.
- 39** Todos os programas instalados no computador do advogado devem ser removidos automaticamente após 30 dias, para evitar acúmulo.

A segurança de informação é um esforço contínuo de todos os envolvidos. Com base nessa informação, julgue o item a seguir.

- 40** Salvar senhas de acesso a sistemas jurídicos no navegador é uma prática recomendada para facilitar o uso diário.



RASCUNHO

## CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Considerando as normas estabelecidas no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal – Decreto nº 1.171/1994 –, julgue os itens a seguir.

- 41** A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, integra-se à vida particular de cada servidor público. Nesse contexto, é correto afirmar que a embriaguez, mesmo que fortuita e involuntária, constitui falta funcional e representa violação ao Código de Ética.
- 42** Estão sujeitos às disposições do Código de Ética todos aqueles que prestem serviços de natureza permanente, mediante retribuição financeira, excluindo-se, portanto, aqueles que possuam vínculo temporário e sem retribuição financeira.

Segundo a Lei nº 8.429/1992, que trata das sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, julgue os itens seguintes.

- 43** A conduta culposa do agente público não é suficiente para caracterizar o ato de improbidade administrativa que importe em enriquecimento ilícito, sendo indispensável a presença do dolo.
- 44** A pena de suspensão dos direitos políticos é aplicada ao agente público, em razão de seu vínculo com a Administração Pública, não se estendendo ao terceiro que, com ele, concorreu para a prática do ato de improbidade.
- 45** A correção monetária e os juros de mora da pena de multa civil devem incidir desde a data do ato de improbidade administrativa.
- 46** A contratação de servidores públicos temporários sem a realização de concurso público, ainda que amparada por legislação local, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.
- 47** A ação de improbidade administrativa somente deve ser recebida pelo juiz quando houver elementos concretos que indiquem a presença de dolo específico por parte do agente e a existência de prejuízo ao erário.

À luz da Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, julgue os itens a seguir.

- 48** Os prazos fixados em meses ou anos contam-se de data a data. Se, no mês do vencimento, não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, tem-se como termo o último dia do mês.

- 49** Caso a Administração identifique que um ato ilegal gerou efeitos favoráveis para os destinatários, poderá, com base no princípio da autotutela, revogá-lo, no prazo decadencial de cinco anos, respeitando-se, contudo, os direitos adquiridos pelos interessados de boa-fé.

No que diz respeito à Lei nº 13.709/2018, que trata da proteção de dados pessoais, julgue os itens seguintes.

- 50** O princípio da adequação consiste na compatibilidade do tratamento de dados com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento.
- 51** O tratamento de dados pessoais sensíveis poderá ocorrer, sem o consentimento do titular, quando for indispensável para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro.

Quanto à Lei nº 12.846/2013, que trata a respeito da responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, julgue os itens a seguir.

- 52** Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.
- 53** Os efeitos do acordo de leniência serão estendidos às pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico, de fato e de direito, desde que firmem o acordo em conjunto, respeitadas as condições nele estabelecidas.
- 54** A celebração do acordo de leniência pelo agente infrator elide a condenação judicial por danos morais coletivos.
- 55** O Ministério Público Federal é o órgão competente para celebrar os acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo federal.

De acordo com o Decreto-Lei nº 9.295/1946, que cria o Conselho Federal de Contabilidade e prerrogativas dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), julgue os itens a seguir.

- 56** Compete ao Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovar os regimentos internos organizados pelos Conselhos Regionais, modificando o que se tornar necessário, a fim de manter a respectiva unidade de ação.
- 57** A carteira profissional, visada pelo presidente do CFC, servirá como documento de identidade e terá fé pública.

- 58** A falta de pagamento de multa devidamente confirmada importará, decorridos 30 dias da notificação, em suspensão, por 90 dias, do profissional ou da organização que, nela, tiver incorrido.
- 59** O recurso contra decisões do CRC que aplicarem pena de multa será dirigido ao CFC e terá efeito suspensivo.
- 60** As empresas que atuam no ramo de serviços contábeis devem se registrar e pagar anuidade ao CFC.

---

Quanto ao estabelecido na Resolução CFC nº 1.523/2017, que versa a respeito do Código de Conduta dos Conselheiros, Colaboradores e Funcionários, julgue os itens seguintes.

- 61** Segundo o Código de Conduta, a censura ética é o documento que explicita os comportamentos considerados inaceitáveis, bem como as medidas a serem adotadas para assegurar o cumprimento do referido código, indicando a conduta apropriada no ambiente de trabalho.
- 62** A comissão de conduta instituída para apuração de infração cometida por conselheiro do Sistema CFC/CRCs será composta de três conselheiros do CFC e dos respectivos substitutos.
- 63** Os integrantes das comissões de conduta terão mandato de três anos, sendo vedada a recondução.
- 64** O presidente das comissões será eleito pelo plenário do CFC para mandato de dois anos, sendo permitida a recondução.
- 65** O integrante da comissão que estiver respondendo a um processo ético, criminal ou administrativo-disciplinar ficará suspenso de suas funções até o trânsito em julgado.

---

Segundo as normas previstas na Resolução CRC-SP nº 1.093/2011 – Regimento Interno do CRC-SP –, julgue os itens a seguir.

- 66** O cargo de conselheiro, inclusive quando investido na função de membro de órgão deste CRC, é de exercício gratuito, e será considerado serviço relevante.
- 67** O conselho diretor é composto do presidente, dos vice-presidentes e de mais três conselheiros efetivos, eleitos pelo plenário, com mandato de dois anos.
- 68** A Câmara de Política Institucional constitui órgão deliberativo superior do CRC do estado de São Paulo.
- 69** Compete ao conselho diretor conceder licença ao presidente, vice-presidentes e aos demais conselheiros.
- 70** Ao conselheiro que exerceu a presidência no biênio anterior, por período igual ou superior a 40% do mandato, é vedado ocupar uma vice-presidência no biênio imediatamente posterior.



RASCUNHO

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Considerando o Código de Processo Civil, a respeito dos procedimentos especiais e dos procedimentos de jurisdição voluntária, julgue os itens a seguir.

- 71** Nos casos previstos em lei, poderá o devedor ou o terceiro requerer, com efeito de pagamento, a consignação da quantia ou da coisa devida.
- 72** Requerer-se-á a consignação no lugar do domicílio do devedor, cessando para este, à data do depósito, os juros e os riscos, salvo se a demanda for julgada improcedente.
- 73** Tratando-se de prestações sucessivas, consignada uma delas, pode o devedor continuar a depositar, no mesmo processo e sem mais formalidades, as que se forem vencendo, desde que o faça em até cinco dias contados da data do respectivo vencimento.
- 74** Aquele que afirmar ser titular do direito de exigir contas requererá a citação do réu para que as preste ou ofereça contestação no prazo de 30 dias.
- 75** As contas do réu serão apresentadas na forma adequada, especificando-se as receitas, a aplicação das despesas e os investimentos, se houver.
- 76** Na ação de exigir contas, a sentença apurará o saldo e constituirá título executivo extrajudicial.
- 77** A propositura de uma ação possessória em vez de outra obstará a que o juiz conheça do pedido.
- 78** No caso de ação possessória em que figure no polo passivo grande número de pessoas, serão realizadas a citação pessoal dos ocupantes que forem encontrados no local e a citação por edital dos demais, determinando-se, ainda, a intimação do Ministério Público e, se envolver pessoas em situação de hipossuficiência econômica, da Defensoria Pública.
- 79** Não é lícito cumular ao pedido possessório e de condenação em perdas e danos.
- 80** É ilícito ao réu, na contestação, alegando que foi o ofendido em sua posse, demandar a proteção possessória e a indenização pelos prejuízos resultantes da turbação ou do esbulho cometido pelo autor.
- 81** Na pendência de ação possessória, é vedado, tanto ao autor quanto ao réu, propor ação de reconhecimento do domínio, exceto se a pretensão for deduzida diante de terceira pessoa.
- 82** O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação e reintegrado em caso de esbulho.
- 83** Nos procedimentos de jurisdição voluntária, a sentença é irrecorrível.
- 84** Quem tiver interesse em manifestar formalmente sua vontade a outrem sobre assunto juridicamente relevante poderá notificar pessoas participantes da mesma relação jurídica para dar-lhes ciência de seu propósito.
- 85** Recebendo testamento cerrado, o juiz, ainda que ache vício externo que o torne suspeito de nulidade ou falsidade, o abrirá e mandará que o escrivão o leia em presença do apresentante.

Acerca das normas do Código Civil, a respeito das obrigações, julgue os itens seguintes.

- 86** A obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela, embora não mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.
- 87** Deteriorada a coisa, não sendo o devedor culpado, poderá o credor resolver a obrigação, ou aceitar a coisa, abatido de seu preço o valor que perdeu.
- 88** Sendo culpado o devedor, poderá o credor exigir o equivalente, ou aceitar a coisa no estado em que se acha, mas sem direito a reclamar, em um ou em outro caso, indenização das perdas e dos danos.
- 89** Após a tradição, pertence ao devedor a coisa com os seus melhoramentos e acrescidos, pelos quais poderá exigir aumento no preço; se o credor não anuir, poderá o devedor resolver a obrigação.
- 90** Se a obrigação for de restituir coisa certa, e esta, com culpa do devedor, se perder antes da tradição, sofrerá o credor a perda, e a obrigação se resolverá, ressalvados seus direitos até o dia da perda.
- 91** A coisa incerta será indicada, ao menos, pelo gênero e pela qualidade.
- 92** Nas coisas determinadas pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertence ao devedor, se o contrário não resultar do título da obrigação; mas não poderá dar a coisa pior, nem será obrigado a prestar a melhor.
- 93** Incorre na obrigação de indenizar perdas e danos o devedor que recusar a prestação a ele só imposta, ou só por ele exequível.
- 94** Se a prestação do fato tornar-se impossível sem culpa do devedor, resolver-se-á a obrigação; se por culpa dele, responderá por perdas e danos.
- 95** Extingue-se a obrigação de não fazer, mesmo se, com culpa do devedor, lhe torne impossível abster-se do ato, que se obrigou a não praticar.
- 96** Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.
- 97** Havendo mais de um devedor ou mais de um credor em obrigação divisível, esta presume-se dividida em tantas obrigações, iguais e distintas, quantos os credores ou devedores.
- 98** A obrigação é indivisível quando a prestação tem por objeto uma coisa ou um fato não suscetíveis de divisão, por sua natureza, por motivo de ordem econômica, ou dada a razão determinante do negócio jurídico.
- 99** Se, havendo dois ou mais devedores, a prestação não for divisível, cada um será obrigado somente por sua fração respectiva.
- 100** Perde a qualidade de indivisível a obrigação que se resolver em perdas e danos.

Quanto à Constituição Federal de 1988, em relação aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, julgue os itens a seguir.

- 101** O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- 102** A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema majoritário, em cada estado, em cada território e no Distrito Federal.
- 103** O Senado Federal compõe-se de representantes dos estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio proporcional.
- 104** Cada estado e o Distrito Federal elegerão três senadores, com mandato de oito anos.
- 105** Cada senador será eleito com dois suplentes.
- 106** O Poder Executivo é exercido pelo presidente da República, auxiliado pelos ministros dos Tribunais Superiores.
- 107** A eleição do presidente e do vice-presidente da República realizar-se-á, em anos alternados, no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato presidencial vigente.
- 108** O presidente e o vice-presidente da República tomarão posse em sessão do Congresso Nacional, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.
- 109** Substituirá o presidente, no caso de impedimento, e suceder-lhe-á, no de vaga, o vice-presidente.
- 110** Em caso de impedimento do presidente e do vice-presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da presidência o presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Superior Tribunal de Justiça.
- 111** O Conselho Nacional de Justiça integra o Poder Executivo.
- 112** O Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores têm jurisdição em todo o território nacional.
- 113** Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão sigilosos, salvo se a lei dispuser em sentido contrário.
- 114** As decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da unanimidade de seus membros.
- 115** Nos tribunais com número superior a 60 julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de 11 e o máximo de 25 membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do tribunal pleno, provendo-se metade das vagas por antiguidade e a outra metade por eleição pelo tribunal pleno.

À luz da Lei nº 13.467/2017, quanto à Reforma Trabalhista, julgue os itens a seguir.

- 116** Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, o controle ou a administração de outra, ou ainda quando, mesmo guardando cada uma sua autonomia, integrem grupo econômico, serão responsáveis solidariamente pelas obrigações decorrentes da relação de emprego.
- 117** Não são computados, na contagem de tempo de serviço, para efeito de indenização e estabilidade, os períodos em que o empregado estiver afastado do trabalho prestando serviço militar e por motivo de acidente do trabalho.
- 118** O direito comum será fonte subsidiária do direito do trabalho.
- 119** Súmulas e outros enunciados de jurisprudência editados pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelos Tribunais Regionais do Trabalho poderão restringir direitos legalmente previstos ou criar obrigações que não estejam previstas em lei.
- 120** O tempo despendido pelo empregado desde sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para seu retorno, caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, não será computado na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do empregador.



RASCUNHO

**PROVA DISCURSIVA**

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno de prova. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **folha de respostas** da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- O texto da prova discursiva deverá ter extensão mínima de **20 linhas** e extensão máxima de **30 linhas**. Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na **folha de respostas**.
- O texto da prova discursiva deverá ter início na linha identificada com o número 1 na **folha de respostas**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- A **folha de respostas** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de respostas** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno de prova é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

É antiga e tradicional a divergência doutrinária a respeito do conceito de parte. Enquanto Chiovenda entende que parte é o sujeito que pede ou contra quem se pede tutela jurisdicional, Liebman tem entendimento mais amplo, afirmando ser parte todo sujeito que participa da relação jurídica processual em contraditório defendendo interesse próprio ou alheio.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de direito processual civil**. Volume único. 8ª ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2016.

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

## Litisconsórcio

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) conceito de litisconsórcio;
- b) diferença entre litisconsórcio inicial e o ulterior; e
- c) diferença entre litisconsórcio alternativo e o sucessivo.